

## A PRESENÇA DO TEMA BRANQUITUDE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO PARANÁ

Luana Priscila Moreira Pereira<sup>1</sup>

Gabriela Paola Javorski Bara<sup>2</sup>

Lucas Henrique Malafaia do Nascimento<sup>3</sup>

Camila Muhl<sup>4</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar a presença do tema branquitude na formação em Psicologia, sendo a branquitude aqui compreendida como uma posição social atribuída a determinadas pessoas, relacionada a localização geográfica e temporal, que garante acesso a meios simbólicos e materiais. A pesquisa teve caráter exploratório, com análises a partir da estatística descritiva e foi aplicada via formulário online a estudantes de Psicologia do Paraná. O estado foi escolhido por mais da metade da população se identificar como branca segundo os dados oficiais. A partir das 153 respostas coletadas, com 73,2% dos participantes de pesquisa se autodeclarando como brancos, descobriu-se que 51% dos respondentes não tiveram nenhuma disciplina que abordou o tema branquitude em sua graduação, 68% não participaram de nenhum curso ou palestra com este tema e 92,5% não tiveram nenhuma atividade de extensão ou estágio nesta temática. Destacamos ainda que 56.9% dos respondentes consideram o letramento racial que receberam durante a graduação em Psicologia insuficiente e 19,6% afirmam não ter recebido letramento racial. Os dados encontrados vão na direção dos estudos da branquitude que discutem como este tema acaba sendo invisibilizado no debate racial, o que não retira o seu lugar de norma social.

**Palavras-chave:** Branquitude. Formação em Psicologia. Raça. Letramento Racial.

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2023-2024). *E-mail:* luana.moreira@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia pela FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2023-2024). *E-mail:* gabriela.bara@mail.fae.edu

<sup>3</sup> Graduando em Psicologia pela FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2023-2024). *E-mail:* lucas.malafaia@mail.fae.edu

<sup>4</sup> Orientadora da Pesquisa. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail:* camila.muhl@fae.edu

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação sobre a presença da branquitude como tema de estudo nos cursos de graduação em Psicologia do estado do Paraná. Tivemos como objetivo principal apurar se há a abordagem do tema no percurso formativo, seus formatos e bases teóricas, além das reverberações do tema nos estudantes. Buscamos também problematizar a importância do estudo das relações raciais para a formação de profissionais da Psicologia éticos e comprometidos com os direitos humanos. Para isso, conduzimos uma pesquisa exploratória, qualitativa, por meio de questionário digital, com sujeitos maiores de idade, graduandos em Psicologia nas instituições de ensino superior públicas e privadas do estado do Paraná, cursando entre o 3º e o 10º período. A coleta de dados foi idealizada a partir das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia (Brasil, 2023).

Com esta investigação pretendemos compreender se os estudantes de Psicologia estão sendo preparados para abordar as questões relacionadas a raça em suas práticas profissionais e de que forma o tema da branquitude aparece na formação profissional, visando acentuar a importância do estudo das relações raciais para a formação ética, comprometida com os direitos humanos e com o combate ao racismo. A presente investigação se justifica haja vista as pesquisas anteriormente realizadas a respeito da presença de estudos de relações raciais e racismo na formação de psicólogos em outras regiões brasileiras, como os trabalhos de Santos, Santos e Deus (2023), Barcellos (2016) e Santos e Schucman (2015), evidenciaram a negligência a qual tais temas são submetidos nos currículos acadêmicos.

O estado do Paraná foi escolhido considerando os dados demográficos reunidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), onde 64,57% da população paranaense se autodeclara branca, 30,06% se autodeclara parda, 4,24% se autodeclara preta, 0,88% se autodeclara amarela, 0,24% se autodeclara indígena e 0,003% não possui autodeclaração (IPARDES, 2022) - ou seja, a proporção de pessoas autodeclaradas brancas é maior no estado do que no país, onde 43,5% da população se declara branca segundo os dados do Censo Demográfico realizado em 2022 (IBGE, 2023).

Nesse estudo, consideramos raça como um constructo social, conforme explicam DiAngelo (2020), Schucman (2020) e Munanga (2004), estabelecido por um viés ideológico que revela uma relação de poder e domínio. Nesse sentido, ao contrário da comum redução ao binômio racista=mau/ não racista=bom, que leva a crer que o racismo só se dá por atos diretos e extremos de violência perpetrados por sujeitos isolados que merecem aversão (DiAngelo, 2018), caracterizamos o racismo como uma ideologia determinista em que as diferenças implicam valores desiguais, como as relações entre fenótipo e moralidade, intelecto e cultura.

Nas construções cotidianas do sujeito branco como pessoa racializada, ele não apenas é favorecido pelo racismo estrutural, mas é seu produtor ativo por meio de mecanismos diretos de discriminação, discursos de democracia racial e de branqueamento (Schucman, 2020). Relacionamos o racismo e a branquitude no fato de que o branco, ao não se ver como sujeito racializado, produz e reproduz desigualdade social a fim de proteger seus privilégios (DiAngelo, 2020).

Ao problematizarmos a abordagem da branquitude na formação em Psicologia, buscamos também questionar o sujeito universalizado dos modelos e teorias psicológicos clássicos, pois através dele perdura na formação de psicólogos, os estudos acerca de uma suposta humanidade homogênea, cujo desenvolvimento do psiquismo é igual mesmo entre os diferentes grupos racializados (Schucman, 2020).

Dentro dos estudos raciais, Lia Schucman, define branquitude como:

[...] uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2020, p. 60).

A branquitude sustenta, portanto, um ideal de sujeito universal, o único sujeito que pode criar ciência, arte, cultura, o que subalterniza qualquer sujeito que não seja branco. Analisar a experiência do sujeito branco, evidenciando-o também como um sujeito racializado, é fundamental para compreender os mecanismos de discriminação racial nas diversas instituições sociais. Nesse sentido, utilizamos o conceito de letramento racial para compreender a natureza das práticas antirracistas às quais futuros psicólogos são expostos no processo formativo.

Entendemos o letramento racial como o processo pelo qual é possível abrir fissuras entre a brancura (fenótipo) e a branquitude, de forma a desconstruir o racismo de sujeitos brancos e complexificar práticas antirracistas (Schucman, 2020). Este conceito foi inicialmente forjado por Twine (2004) para descrever os processos sociais micro culturais nos quais hierarquias raciais são negociadas dentro de famílias multirraciais, e buscamos expandir sua aplicação no contexto da formação universitária. A autora descreve ações que compõem o letramento racial, como: reconhecer o racismo e dialogar sobre essa questão; romper o isolamento social dos brancos e criar relacionamentos igualitários com pessoas negras, tal seja, promover interações sociais onde a pessoa branca não ocupe uma posição dominante e a pessoa negra não seja submissa a ela; e questionar a hegemonia visual, simbólica e afetiva centrada na branquitude, integrando referências visuais e culturais que mostrem a diversidade e a complexidade das culturas negras de maneira não estereotipada.

Em outra ocorrência, Twine e Steinbugler (2006, *apud* Vieira, 2022), ampliam o conceito de letramento racial e descrevem práticas antirracistas que observaram a partir da etnografia de casais inter-raciais como: reconhecer a importância simbólica e material da branquitude; considerar o racismo como um problema social contemporâneo, e não apenas como um legado do passado; compreender que identidades raciais são formadas por meio de práticas sociais; ter um vocabulário e uma compreensão que facilitem discussões sobre raça, racismo e antirracismo; ser capaz de interpretar códigos raciais e práticas racializadas; e examinar como o racismo é moldado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e normas heteronormativas.

Para dar conta de nosso objetivo de pesquisa, iniciamos este artigo com a apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais que atualmente regem a formação em Psicologia e os seus direcionamentos em relação a raça como tema a ser abordado na graduação. Na sequência apresentaremos o percurso da pesquisa empírica e os dados coletados através da análise estatística descritiva, relacionando-os com a importância do letramento racial para a prática profissional psi.

## **1 A BRANQUITUDE NOS CURRÍCULOS DE PSICOLOGIA**

De acordo com o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação existem quase 1.300 cursos de Psicologia no território nacional, sendo 78 destes sediados em instituições públicas e privadas de ensino do estado do Paraná (Brasil, 2024). Todos os cursos devem seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), documento que estabelece princípios, fundamentos, condições de oferta e procedimentos de planejamento, implementação e avaliação dos cursos de graduação no Brasil.

As DCN para os cursos de psicologia foram homologadas pela primeira vez pelo Ministério da Educação (MEC) em 2004, com objetivo de regulamentar a formação e garantir que os egressos sejam tecnicamente competentes e capazes de atuar nas demandas sociais e culturais do Brasil. Seus principais conteúdos consistem em: compromisso epistemológico crítico que considere perspectivas históricas e a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento para a compreensão do fenômeno psíquico; compromisso ético político alinhado à justiça social e aos direitos humanos; compromisso com competências profissionais considerando a ampliação das áreas de atuação para além da clínica (Brasil, 2004).

A última versão do documento, que data de 2023, explicita que os cursos de graduação em Psicologia devem ser comprometidos com a construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia, articulado com a promoção de direitos sociais e

políticas públicas que garantam o acesso da população a seus serviços (Brasil, 2023). Desta forma, convencionou-se que estudantes devem ser habilitados a trabalhar respeitando as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa, etc. O documento orienta que estes e outros princípios, valores e compromissos da formação de psicólogos devem ser abordados em sala de aula e também em oportunidades de pesquisa, extensão e estágios.

O conteúdo destas novas DCN vem de encontro a um movimento já bem consolidado na Psicologia brasileira de se afastar daquela conjuntura específica do momento da regulamentação da profissão no Brasil, datada de 1962, quando se concentrava nas capitais, e marcava-se por uma centralidade clínica elitizada, acessível apenas a uma pequena parte da população brasileira, e que era retrato da formação universitária no país como um todo (Yamamoto; Falcão; Seixas, 2011). Esse cenário já teve modificações importantes, pois com a expansão do liberalismo econômico que trouxe para a educação a lógica de mercantilização, houve um aumento expressivo de instituições de ensino privadas ofertantes do curso de Psicologia, o que resultou na maior acessibilidade à formação e interiorização dos cursos e profissionais. Além disso, a inserção de profissionais psi nas políticas públicas fez com que grande parte da população brasileira tenha acesso a esses profissionais (Muhl, 2015).

A branquitude, objeto desse estudo, não é diretamente citada nas DCN como tema necessário à formação de psicólogos, mas diante de uma leitura cuidadosa do documento, encontramos alguns itens que apontam para a necessidade de considerar a raça como conteúdo da graduação em Psicologia. O item três do documento, por exemplo, faz referência à percepção crítica de eventos históricos, condições sociais, fatores econômicos, aspectos culturais, dinâmicas políticas e diferenças regionais dentro do país, na sua inserção na América Latina e na comunidade de países que compartilham a língua portuguesa. Traz, ainda, como valor, o “compromisso com a construção de uma sociedade democrática, soberana e socialmente justa, tendo em vista a promoção da cidadania, da saúde, da dignidade humana e da qualidade de vida de indivíduos, grupos, organizações e comunidades” (Brasil, 2023, p. 1).

No eixo 5 apresentado, por sua vez, propõe-se que haja diálogo entre os campos do conhecimento para “demarcar a natureza, a especificidade e a complexidade do fenômeno psicológico em sua interação com fenômenos neuropsicológicos, biológicos e socioculturais” (Brasil, 2023, p. 2). Nas competências necessárias ao psicólogo, o tópico quatro traz a importância de respeitar a competência cultural com três princípios:

- a) atuar tendo como fundamento o conhecimento e a compreensão do contexto histórico, político, social e cultural de clientes, usuários, colegas, grupos, organizações, populações e outros atores; b) respeitar as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa e outras; e c) trabalhar de maneira acolhedora, empática e efetiva considerando todas as formas de diversidade. (Brasil, 2023, p. 4)

Como podemos ver nas passagens acima, as DCN referem-se à necessidade de considerar a diversidade na constituição da subjetividade, assim como também referem-se à importância fundamental de reconhecer a relação do conhecimento com a sociedade e a reflexão epistemológica na construção de uma ciência que esteja comprometida com a pluralidade da vida. Em oposição as prerrogativas das DCN, ainda perdura na formação dos psicólogos os estudos acerca de uma suposta humanidade homogênea, cujo desenvolvimento do psiquismo é igual mesmo entre os diferentes grupos racializados (Schucman, 2020). Sendo a produção de conhecimento feita num processo permeado por uma experiência espacial, temporal e social, é possível atualizar o ensino da psicologia no sentido de elaborar novas narrativas científicas, a partir da problematização do sujeito universal dos modelos e teorias psicológicas clássicas.

O saber psicológico brasileiro nasceu e se consolidou a partir da importação de modelos teóricos e metodológicos europeus e estadunidenses, que se reproduz nos referenciais teóricos escolhidos pelas instituições de ensino superior (Moura; Teixeira, 2022). O humano estudado, esse sujeito universal, é aquele que, como descreve Castro-Gómez (2005), passou pelo funil de características uma vez requeridas pelo projeto racionalista moderno de domínio da inimiga natureza pelo conhecimento: homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Segundo o autor: “não se escreveram manuais de como ser um bom camponês, bom índio, bom negro ou bom gaúcho, já que todos estes tipos humanos eram vistos como pertencentes ao âmbito da barbárie” (Castro-Gómez, 2005, p. 89), ou seja, sob o padrão branco, a raça é característica desviante.

Munanga (2004) explica que, no latim medieval, o conceito de raça designava a descendência ou linhagem, ou seja, servia à categorização de grupos de pessoas que possuíam um ancestral comum. Atualmente, entretanto, a raça é um constructo social definido por um viés ideológico, pois revela uma relação de poder e domínio. De acordo com Almeida (2019), durante o Iluminismo foram constituídas formas objetivas de comparação e classificação dos grupos humanos de acordo com suas características físicas e culturais a fim de justificar violentos processos de aculturação. Tais processos eram justificados sob a premissa de conduzir nações primitivas à civilidade, ou seja, à liberdade, à igualdade, ao Estado de direito e ao mercado. O constructo social da raça, portanto, serviu aos interesses econômicos postos à época da expansão mercantilista europeia e do projeto moderno, de ideário renascentista, de colonização, que envolveu a escravidão, o tráfico de africanos e o surgimento das novas nações nas Américas (Schucman, 2020; Almeida, 2019).

De tal maneira, como explica DiAngelo (2020), que primeiro houve a exploração, e posteriormente o estabelecimento do racismo como ideologia que justifica a segregação, o encarceramento em massa, a patologização e a invisibilidade. A relação entre racismo e branquitude se dá no fato de que o branco, ao não se ver como sujeito racializado,

produz e reproduz desigualdade social a fim de proteger seus privilégios. A branquitude não é reconhecida em suas práticas culturais e identitárias pelas pessoas brancas, de modo que “o ponto de referência dos brancos é presumido como universal e imposto a todos” (DiAngelo, 2020, p.49). Neste cenário, “as dimensões do racismo que beneficiam os brancos normalmente são invisíveis a eles” (DiAngelo, 2020, p.52).

No ensino da Psicologia, a primazia da branquitude expressa em epistemologias eurocêntricas e ontologia branca contribui para a marginalização de diversas experiências, conhecimentos e modos de existência das populações não europeias, reforçando um sistema de dominação que privilegia o conhecimento e os valores ocidentais enquanto desvaloriza ou apaga as contribuições de outras culturas. Para Schucman (2020, p,144), o ensino eurocêntrico “baseado na história das populações europeias, brancas e cristãs privilegia sistematicamente sujeitos brancos, fazendo com que se sintam inseridos na construção da cultura e do mundo, em detrimento das outras populações”.

De acordo com Twine (2004), a aquisição de letramento racial crítico por parte dos sujeitos brancos é condição para que haja real desconstrução do racismo nas identidades raciais brancas e a desidentificação do fenômeno branquitude com o fenótipo de brancura. Esse processo prático inclui o desenvolvimento da capacidade de reconhecer e interpretar as dinâmicas raciais, e como estas são construídas, mantidas e reproduzidas na sociedade, além de compreender e analisar as questões relacionadas à raça, racismo e identidade racial em contextos sociais e culturais e suas formas de mediação por desigualdades de classe, hierarquia de gênero e heteronormatividade. O letramento racial crítico, de acordo com essa teoria, vai além do reconhecimento de privilégios, implicando habilidade para responder de forma informada e proativa às questões de injustiça racial por meio de posse de vocabulário e capacidade de traduzir e interpretar códigos e práticas racializadas. Consideramos a presença do estudo da branquitude em diversos formatos nos cursos de graduação em Psicologia, portanto, fundamental nesse processo de letramento racial crítico de futuros psicólogos.

## 2 METODOLOGIA

Para pesquisar sobre a presença da temática branquitude na formação em Psicologia no estado do Paraná optamos por uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com coleta de dados através de questionário eletrônico anônimo e auto-aplicado, cuja adoção é justificada pela extensa área geográfica que buscamos atingir, alcançando um número maior de pessoas com menos custos implicados (Gil, 2008). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade São Francisco (CAAE 76185823.0.0000.5514). A

plataforma escolhida para criação do questionário foi a JotForm, na qual foi possível habilitar um recurso que utiliza cookies do navegador web para limitar uma resposta por dispositivo, garantindo autenticidade e integridade das respostas. Este artifício funciona de forma temporária no celular ou computador, não permite identificação ou localização do respondente e foi utilizado exclusivamente para fins de validação, não sendo incorporado à pesquisa e preservando, assim, o caráter anônimo da mesma.

A amostra, selecionada por conveniência, foi de estudantes que atualmente cursam Psicologia em instituições públicas e privadas do estado do Paraná e que concordaram voluntariamente em participar da pesquisa mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Esse formato de recrutamento não probabilístico é adequado a estudos exploratórios, cujos resultados são tidos como preliminares e abrem espaço para aprofundamentos (Virgillito, 2017). Como critérios de inclusão, foram estabelecidos: estar cursando Psicologia em uma instituição de ensino superior do Paraná; ter mais de 18 anos; estar cursando entre o 3º e o 10º período (a fim de considerar alunos com um período mínimo de permanência no curso de 1 ano). Como critérios de exclusão foram estabelecidos: não concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; ter cursado parte do curso em outro estado; ter iniciado o curso em outro estado. O modelo de recrutamento adotado na pesquisa foi inspirado na técnica *snowball* (bola de neve).

O desenvolvimento do procedimento aconteceu de acordo com as seguintes etapas: 1) delimitação da amostra conforme critérios apresentados; 2) escolha de ferramenta para construção do questionário; 3) levantamento das questões pertinentes ao cumprimento do objetivo, de acordo com a literatura de referência; 4) elaboração do questionário; 5) divulgação do questionário por meio de redes sociais e redes de contato; 6) análise das respostas recebidas. O período de coleta de dados foi de 12 de março de 2024 até 12 de abril do mesmo ano.

#### QUADRO 1 — Questionário — março 2024

continua

Item	Conteúdo	Tipo	Alternativas	Obrigatória
1	Você atualmente cursa Psicologia numa instituição de ensino do Paraná?	Opção	Sim; Não	Sim
2	Idade	Resposta aberta curta	N/A	Sim
3	Autoidentificação de Raça/Etnia	Opção	Branca; Preta; Parda; Amarela; Indígena	Sim
4	Como as outras pessoas identificam você racialmente?	Opção	Branca; Preta; Parda; Amarela; indígena	Sim
5	Palavras e expressões que se referem à sua raça:	Resposta aberta curta	N/A	Sim
6	Origem da família	Resposta aberta curta	N/A	Sim



Item	Conteúdo	Tipo	Alternativas	Obrigatória
7	Autodefinição de classe social	Opção	Classe baixa; Classe média; Classe alta	Sim
8	Qual o tamanho da cidade que você mora?	Opção	Pequeno porte (até 25 mil habitantes); Médio Porte (entre 25 mil e 100 mil habitantes); Grande Porte (mais de 100 mil habitantes)	Sim
9	Sua faculdade é:	Opção	Pública; Privada; Outros (campo de adição obrigatório)	Sim
10	Qual ano da graduação você está cursando?	Opção	1º ano de formação; 2º ano de formação; 3º ano de formação; 4º ano de formação; 5º ano de formação	Sim
11	Você recebe algum tipo de auxílio para estudar?	Opção	Não; Não, pois minha instituição é pública; Prouni; Fies; Bolsa da própria instituição; Bolsa permanência; Outros (campo de adição obrigatório)	Sim
12	Você utilizou cotas raciais ou sociais para entrar na graduação?	Opção	Sim; Não	Sim
13	Quando você pensa em uma pessoa branca, quais são as 3 primeiras palavras que você lembra?	Resposta aberta curta	N/A	Sim
14	Você já teve uma disciplina no seu curso que abordou a questão da branquitude?	Opção	Sim; Não	Sim
15	Você já participou de uma palestra, curso ou evento na sua faculdade que abordou a questão da branquitude?	Opção	Sim; Não	Sim
16	Você já participou de atividade de extensão ou estágio que abordou a questão da branquitude na sua formação?	Opção	Sim; Não	Sim
17	Você já participou de palestra, curso ou evento sobre branquitude em outra instituição que não a que você estuda?	Opção	Sim; Não	Sim
18	Você pode citar algum/a especialista em branquitude que você estudou na sua graduação:	Resposta aberta curta	N/A	Não
19	Você já teve uma disciplina no seu curso que abordou a questão do racismo?	Opção	Sim; Não	Sim
20	Você já participou de palestra, curso ou evento na sua faculdade que abordou a questão do racismo?	Opção	Sim; Não	Sim
21	Você já participou de atividade de extensão ou estágio que abordou a questão do racismo na sua formação?	Opção	Sim; Não	Sim

Item	Conteúdo	Tipo	Alternativas	Obrigatória
22	Você já participou de palestra, curso ou evento sobre racismo em outra instituição que não a que você estuda?	Opção	Sim; Não	Sim
23	Você pode citar algum/a especialista em racismo que você estudou na sua graduação:	Resposta aberta curta	N/A	Não
24	Você já teve uma disciplina no seu curso que abordou a questão indígena?	Opção	Sim; Não	Sim
25	Você já participou de palestra, curso ou evento na sua faculdade que abordou a questão indígena?	Opção	Sim; Não	Sim
26	Você já participou de atividade de extensão ou estágio que abordou a questão indígena na sua formação?	Opção	Sim; Não	Sim
27	Você já participou de palestra, curso ou evento sobre a questão indígena em outra instituição que não a que você estuda?	Opção	Sim; Não	Sim
28	Você pode citar algum/a especialista em questão indígena que você estudou na sua graduação:	Resposta aberta curta	N/A	Não
29	Você já teve uma disciplina no seu curso que abordou a América Latina?	Opção	Sim; Não	Sim
30	Você já participou de palestra, curso ou evento na sua faculdade que abordou a América Latina?	Opção	Sim; Não	Sim
31	Você já participou de atividade de extensão ou estágio que abordou a América Latina na sua formação?	Opção	Sim; Não	Sim
32	Você já participou de palestra, curso ou evento sobre a América Latina em outra instituição que não a que você estuda?	Opção	Sim; Não	Sim
33	Você pode citar algum/a especialista em América Latina que você estudou na sua graduação:	Resposta aberta curta	N/A	Não
34	Você considera o letramento racial importante para a sua formação na área da Psicologia?	Opção	Sim; Não; Indiferente	Sim
35	Você considera suficiente o letramento racial que recebeu durante a sua graduação em Psicologia?	Opção	Suficiente; Insuficiente; Não sei; Não recebi letramento racial	Sim
36	Para você, qual a importância de ter acesso a conteúdos sobre a racismo durante a sua graduação em Psicologia?	Opção	Pouco importante; Indiferente; Muito importante	Sim
37	Para você, qual a importância de ter acesso a conteúdos sobre o branquitude durante a sua graduação em Psicologia?	Opção	Pouco; Indiferente; Muito importante	Sim

Item	Conteúdo	Tipo	Alternativas	Obrigatória
38	Para você, qual a importância de ter acesso a conteúdos sobre a questão indígena durante a sua graduação em Psicologia?	Opção	Pouco; Indiferente; Muito importante	Sim
39	Para você, qual a importância de ter acesso a conteúdos sobre a América Latina durante a sua graduação em Psicologia?	Opção	Pouco; Indiferente; Muito importante	Sim
40	Como você sente em relação a sua experiência racial na instituição onde você estuda?	Opção	Satisfeita/o/e; Indiferente; Insatisfeita/o/e	Sim
41	Com as suas palavras, fale sobre a relação entre a branquitude e a prática da psicologia:	Resposta aberta longa	N/A	Não

FONTE: Os autores (2024)

Os dados coletados foram analisados a partir da estatística descritiva, a qual proporcionou o levantamento das categorias de respostas, classificação de dados sobre racismo e branquitude, identificação de dados favoráveis e desfavoráveis com o objeto da pesquisa, bem como a medição de variáveis. A interpretação, por sua vez, seguiu o método fenomenológico, considerando a experiência dos participantes no que diz respeito a segmentação de respostas, contextos e unidades de significados, a partir da corrente teórica de Branquitude e Racismo.

Segundo Gil (2008), a pesquisa desenvolvida com o método fenomenológico busca resgatar os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao objetivo de estudo, ou seja, o dado é considerado tal como se mostra, sem necessidade de preocupação se há ou com o que há de escondido por trás dele. Dessa forma, este enfoque adotado é adequado para a verificação dos dados do questionário por também propor enriquecimento a partir do que poderia ser uma desvantagem da ferramenta autoaplicada de acordo com Gil (2008), por exemplo: o desconhecimento da circunstância em que foi respondido; a diferença entre significados das opções e asserções para cada pesquisado e a ausência de informante para auxílio no entendimento das questões.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTRUMENTO DE PESQUISA

Investigar o estudo da branquitude por psicólogos em formação através de formulário digital demandou certas escolhas narrativas para o fluxo de perguntas. Dada a natureza ainda incipiente da branquitude como tema na Psicologia, buscamos uma estrutura que possibilitasse não apenas a aquisição de respostas diretas e objetivas a respeito dela, mas sim uma visão ampliada do que há em termos de estudos raciais e epistemologia crítica nos

cursos de Psicologia ativos no estado do Paraná. Além disso, hipotetizamos que questionar apenas por ela poderia nos levar a resultados insuficientes ou desviantes (pensando brechas para má interpretação da branquitude como racismo reverso, por exemplo).

Schucman (2020, p. 59) explica que “o intuito dos trabalhos sobre branquitude é preencher a lacuna nos estudos sobre as relações raciais que por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro”. Na nossa pesquisa, considerando a identidade racial branca uma categoria em relação a outras não-brancas, construímos um instrumento em quatro eixos temáticos: branquitude, racismo, questão indígena e América Latina. O racismo foi incluído em função dos estudos da área que mostram a dificuldade de abordar a branquitude sem falar dos negros, mostrando que são conceitos relacionais. Decidimos também perguntar a respeito da questão indígena e da América Latina em função do contexto brasileiro frente à colonialidade dos saberes que fundamenta a Psicologia e seu sujeito universal. Além disso, são essas três categorias as citadas nas atuais DCN como foco para estudos raciais em Psicologia, enquanto a branquitude não aparece.

Ao coletarmos dados dos estudos a respeito sobre racismo, questão indígena e América Latina, abrimos a possibilidade de compreender o letramento racial e estudo da branquitude em si nos cursos de Psicologia tanto por sua presença, quanto por sua ausência. Tal compreensão é alinhada ao que apresenta Schucman (2020, p. 63): “tanto a visibilidade quanto a invisibilidade aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos”.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao fim do período da coleta de dados, registraram-se 176 respostas, das quais 23 foram desconsideradas de acordo com os critérios de exclusão descritos anteriormente: 05 pessoas não cursavam atualmente psicologia no estado do Paraná, 15 estão ainda no primeiro ano de formação e outras 03 eram menores de 18 anos, resultando em 153 respostas finais utilizadas na análise de dados.

TABELA 1 — Classificação de respostas — março 2024

Resultados	Total
Total de respostas	176
Total de respostas excluídas	23
Total de respostas válidas	153

FONTE: Os autores (2024)

A amostra impactada possui faixa etária ampla, 51% respondentes pertencem a faixa de 21-30 anos, 25% pertencem a faixa de até 20 anos, 15% pertencem a faixa de 31-40 anos e 9% possuem mais de 41 anos, majoritariamente habitantes de cidades de grande

porte (75,8%, contra 20,9% habitantes de cidades de médio porte e 3,3% de pequeno porte). A classe média foi preponderante na autodeclaração de classe social, abrangendo 78,4% da amostra; outros 17% declararam pertencer à classe baixa e 4,6% à classe alta. Mais da metade dos respondentes estudam em instituições de ensino privadas do estado do Paraná (86,9%), enquanto apenas 13,1% são estudantes de instituições públicas.

Em relação às cotas raciais e sociais, 13,7% da amostra declarou tê-las utilizado para ingressar na graduação, assim como cerca de 13% também declarou receber algum auxílio ou participar de programa de fomento para estudar, entre bolsas das próprias instituições, bolsa permanência, Prouni ou FIES.

TABELA 2 — Índices demográficos — março 2024

Faixa etária	18 e 54 anos
Habitantes de cidade de grande porte	75,8%
Habitantes de cidade de médio porte	20,90%
Habitantes de cidade de pequeno porte	3,30%
Autodeclarados pertencentes a classe alta	4,60%
Autodeclarados pertencentes a classe média	78,40%
Autodeclarados pertencentes a classe baixa	17%
Matriculados em instituições de ensino privadas	86,9%
Matriculados em instituições de ensino públicas	13,1%
Recebem auxílio de programas de fomento para estudar	13%
Utilizam cotas raciais para ingresso na graduação	13,7%

FONTA: Os autores (2024)

Tratando-se de autodeclaração de raça, utilizamos no formulário as mesmas categorias utilizadas no Censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), de modo que 73,2% da amostra pesquisada se caracteriza como branca, 19,6% como parda, 4,6% como preta, 2,6% como amarela. Brancos são maioria também no contexto geral do estado do Paraná, como demonstram dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): 64,57% da população paranaense se autodeclara branca, 30,06% se autodeclara parda, 4,24% se autodeclara preta, 0,88% se autodeclara amarela, 0,24% se autodeclara indígena e 0,003% não possui autodeclaração (IPARDES, 2022). Esses resultados chamam atenção quando em relação com a população branca mapeada pelo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), pois a proporção de pessoas autodeclaradas brancas é maior no estado do que no país, onde o percentual é de 43,5%. Em complemento, o Censo da Psicologia Brasileira (CFP, 2022) apresentou a região Sul como a que possui maior concentração de psicólogos brancos, totalizando 87,5%.

Foi possível detectar nuances entre a autodeclaração e a heteropercepção racial: 85,5% declarou que a forma como percebe sua identidade racial coincide com a forma como é percebido socialmente. Entre a população em que essas informações

não coincidem, foi detectado que 27,3% assumem um auto branqueamento (quando a auto percepção de raça é mais branca do que a forma como é lido), e outros 72,7% passa por hetero branqueamento (quando outros percebem o sujeito mais branco do que ele mesmo se designa). Esse é um cenário dinâmico próprio da realidade brasileira, em que a cor da pele substituiu oficialmente a noção de raça, com a aparência física sendo diretamente ligada à identidade racial (Schucman, 2020).

Schucman (2020) rememora a história da miscigenação no Brasil, marcada pela vinda numerosa de imigrantes europeus, logo após a abolição da escravatura, que serviu a dois objetivos estratégicos simultâneos: branquear a população, diante da disseminação do racismo científico na Europa, e desqualificar a mão de obra dos negros. Esse processo, que ficou conhecido como teoria do branqueamento, foi bem aceita pela elite brasileira entre 1889 e 1914, pois baseava-se nas premissas de que a população negra diminuiria gradativamente tanto pelas próprias mazelas genéticas que a raça carregaria, quanto porque o gene branco dos europeus recém-chegados seria mais forte e geraria indivíduos cada vez mais claros (Schucman, 2020).

Os estereótipos negativos associados à cor e à raça negra fazem com que muitos brasileiros mestiços ou com ascendência africana evitem se identificar como negros, utilizando uma variedade de termos para se descreverem. Em nossa pesquisa, os respondentes citaram “moreno”, “café com leite”, “misturinha”, “bronzeadas”, “cor de cuia”, “sujinho”, entre outros. Ou seja, há um ato linguístico, realizado pela pessoa negra ou por outras em relação a ela, de não se nomear negro ou se branquear. Estudos de relações raciais mostram que cor e raça estão profundamente entrelaçadas no imaginário social brasileiro, resultando em discriminação racial baseada na cor da pele. Desta forma, apesar das diversas autoidentificações de cor entre os brasileiros, o acesso às oportunidades sociais segue uma lógica hierárquica bipolar, que privilegia brancos em detrimento de negros e mestiços (Schucman, 2020). Neste contexto, ser “mais branco” resulta em ter acesso a privilégios que não são acessíveis àqueles de pele retinta.

A autora explica, ainda, que no Brasil, “há graus e graus de brancura, e que a desvalorização hierárquica está associada aos sujeitos que, apesar da pele clara, têm características de negros e índios, como cabelo, nariz, boca e formato do rosto” (Schucman, 2020, p. 155). Alguns mestiços só são considerados brancos em oposição aos negros, por exemplo. Além disso, o lugar do branco não é apenas uma questão de cor, mas um uma rede de significados que são sempre acompanhados de signos de poder. Dessa forma, “um mesmo sujeito pode ocupar o lugar simbólico do branco no Nordeste do Brasil, em São Paulo ser considerado nordestino e no Rio Grande do Sul ser classificado como pardo ou mestiço” (Schucman, 2020, p. 103).

TABELA 3 — Índices com recorte racial — março 2024

Autodeclarados brancos	73,20%
Autodeclarados pardos	19,60%
Autodeclarados pretos	4,60%
Autodeclarados amarelo	2,60%
Heteropercepção coincide com autodeclaração	85,50%
Heteropercepção não coincide com autodeclaração	14,4%
Dentre os não coincidentes, houve hetero branqueamento	72,7%
Dentre os não coincidentes, houve auto branqueamento	27,3%

FONTE: Os autores (2024)

Para investigar a presença da branquitude como tema na formação psi, perguntamos diretamente sobre ela e na sequência perguntamos sobre racismo, indígenas e América Latina, por entendermos que estes temas se relacionam com a branquitude no sentido de visibilizar a sua posição como uma vivência racial possível, entre outras. Conforme GRÁF. 1, a branquitude foi abordada em disciplina cursada por 49% da amostra; ou seja, um pouco mais da metade dos estudantes respondentes não teve conteúdo em sala de aula sobre esse tema. A branquitude apareceu também para os respondentes em participação em palestra, curso ou evento com esse tema na própria instituição para 32% deles e 15% participaram de atividades em outra instituição. Perguntamos sobre atividades em outras instituições que não a sua IES para investigar se os respondentes desenvolvem um percurso de formação próprio em relação à raça para além daquele que recebem (ou não recebem) na própria instituição. Se olharmos apenas para as atividades de extensão ou estágio, o número de contato com o tema branquitude cai para 7,8%.

Perguntamos também aos respondentes se eles eram capazes de citar “algum/a especialista em branquitude que estudou na sua graduação”. Dos autores citados como referências teóricas sobre branquitude, os respondentes apontaram 10 nomes, sendo eles (com número de citações entre parênteses): Cida Bento<sup>5</sup> (8), Djamila Ribeiro<sup>6</sup> (6), Lia Schucman<sup>7</sup> (4), Silvio Almeida<sup>8</sup> (2), Lilia Schwarcz<sup>9</sup> (1), Paula Marques da Silva<sup>10</sup> (1), Paulo Vitor Palma Navasconi<sup>11</sup> (1), Kandiero<sup>12</sup> (1), Robin DiAngelo<sup>13</sup> (1), Rita Von Hunty<sup>14</sup> (1), além do nome de um professor da instituição. Entre os nomes

<sup>5</sup> Psicóloga e ativista pela igualdade racial

<sup>6</sup> Filósofa e ativista pela igualdade racial

<sup>7</sup> Doutora em Psicologia Social, pesquisadora do tema branquitude no Brasil

<sup>8</sup> Filósofo e Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil

<sup>9</sup> Historiadora e antropóloga brasileira

<sup>10</sup> Psicóloga e professora universitária

<sup>11</sup> Psicólogo e professor universitário

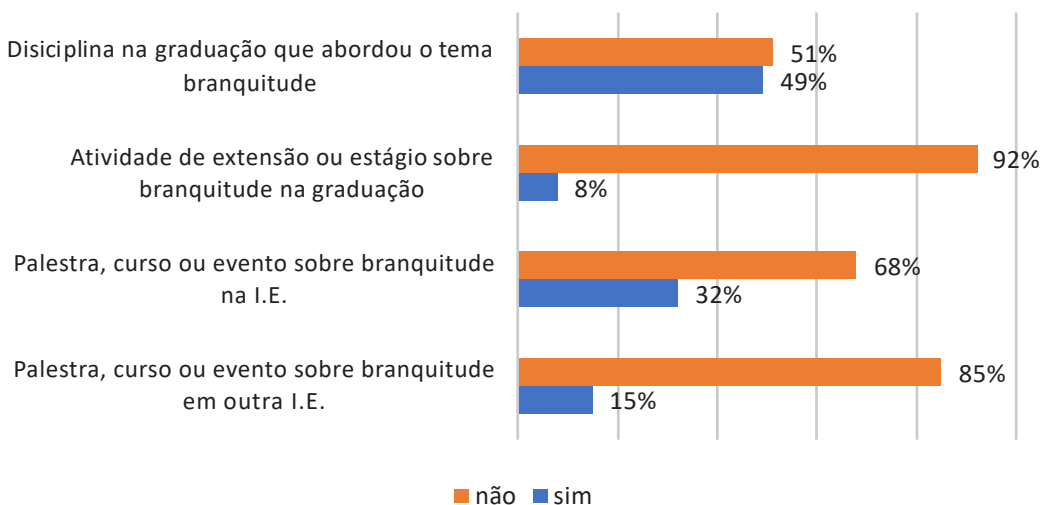
<sup>12</sup> Defensor Popular e Mestre Capoeirista em Curitiba

<sup>13</sup> Socióloga estadunidense, estudiosa do tema branquitude

<sup>14</sup> Personagem artística do professor e YouTuber Guilherme Terreri Lima Pereira

citados há especialistas em branquitude como Robin DiAngelo, Cida Bento e Lia Schucman, sendo que as duas últimas também possuem formação em Psicologia, mas podemos identificar também teóricos que produzem uma ampla discussão sobre a experiência racial da população preta, como é o caso de Silvio Almeida e Djamila Ribeiro. A associação de referências que discutem majoritariamente sobre racismo no tópic onde a branquitude é requisitada, demonstra como a compreensão de raça é predominantemente associada a pessoas não brancas. Tais resultados reforçam o recorte da teoria da fragilidade branca de DiAngelo, onde a branquitude se invisibiliza como um agente racial ativo e centraliza os não brancos como os racializados. Outro aspecto importante diz respeito às áreas de conhecimento dos autores: apenas 4 possuem alguma conexão clara com a Psicologia.

GRÁFICO 1 — Branquitude



FONTE: Os autores (2024)

Tratando-se do racismo, 78,4% da amostra declarou já ter tido contato com estudos do tema em disciplina, e 34% em extensão ou estágio; nas demais atividades, apareceu para 71,2% na própria instituição e para 61,4% na outra instituição. Cerca de 38% dos respondentes foram capazes de citar autores teóricos sobre racismo, a seguir (número de citações entre parênteses): Frantz Fanon<sup>15</sup> (14), Djamila Ribeiro (11), Silvio Almeida (7), Cida Bento (6), Angela Davis<sup>16</sup> (4), Grada Kilomba<sup>17</sup> (2), Conceição Evaristo<sup>18</sup> (2), bell

<sup>15</sup> Psiquiatra e filósofo político natural de Martinica

<sup>16</sup> Professora e filósofa estadunidense

<sup>17</sup> Psicóloga e artista portuguesa

<sup>18</sup> Escritora literária brasileira



hooks<sup>19</sup> (2), Lélia Gonzalez<sup>20</sup> (2), Lugones<sup>21</sup> (1), Chimamanda Ngozi Adichie<sup>22</sup> (1), Darcy Ribeiro<sup>23</sup> (1), Felipe Freitas<sup>24</sup> (1), Florestan Fernandes<sup>25</sup> (1), Grazielle Tagliamento<sup>26</sup> (1), Kabengele Munanga<sup>27</sup> (1), Nilma Lino Gomes<sup>28</sup> (1), Mbembe<sup>29</sup> (1), Munir Sodré<sup>30</sup> (1), Neusa Santos<sup>31</sup> (1), Kandiero (1), Paulo Vitor Palma Navasconi<sup>32</sup> (1), Roberta Maria Federico<sup>33</sup> (1), Rosa Parks<sup>34</sup> (1), Sueli Carneiro<sup>35</sup> (1), Lucas Veiga<sup>36</sup> (1), Ailton Krenak<sup>37</sup> (1), Griziele Martins Feitosa<sup>38</sup> (1), citada como presidente do CRP-PR. Houve também respostas não identificáveis, como “Prof. Paulo” (1), “meu professor” (1), “a professora Renata” (1), “há uma psicanalista negra em São Paulo” (1) e ainda “O palestrante da semana acadêmica Kandiero” (1). Entre a longa lista de teóricos que trabalham com racismo listado, apenas seis possuem concentração na área da psicologia, foco da nossa investigação. Destacamos ainda que uma das citações a Silvio Almeida foi feita como Silvio Luau que é o *user* do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania nas redes sociais.

Os dados apresentados em que 38% dos respondentes citaram algum teórico sobre racismo evidenciam uma discrepância em relação ao percentual da mesma questão se aplicada aos outros eixos de análise: cerca de 13% foram capazes de citar teóricos da branquitude, apenas 15% foram capazes de citar teóricos das questões indígenas e 13% citaram teóricos sobre América Latina, conforme evidenciado no GRÁF. 8. Os resultados evidenciam que algumas racialidades são menos visibilizadas que outras, como é o caso dos dados sobre indígenas uma vez que nesse campo se associa a discussão racial e étnica, e que a identificação central de raça ainda é a população negra, estando o campo dos estudos do racismo anti-negros já estabelecido, em detrimento de outras racialidades, como aponta o trabalho de Nuñez (2022).

---

<sup>19</sup> Professora e ativista antirracista estadunidense

<sup>20</sup> Filósofa e ativista brasileira

<sup>21</sup> Maria Lugones, socióloga e ativista argentina

<sup>22</sup> Escritora literária nigeriana

<sup>23</sup> Antropólogo e político brasileiro

<sup>24</sup> Mestre em Direito e Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia

<sup>25</sup> Sociólogo brasileiro

<sup>26</sup> Mestre em psicologia e professora universitária

<sup>27</sup> Antropólogo brasileiro-congolês

<sup>28</sup> Pedagoga brasileira e Ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil

<sup>29</sup> Achille Mbembe, filósofo e cientista político camaronês

<sup>30</sup> Sociólogo e professor universitário brasileiro

<sup>31</sup> Neusa Santos Souza, psicóloga e psiquiatra brasileira

<sup>32</sup> Doutor em Psicologia e professor universitário

<sup>33</sup> Psicóloga e escritora brasileira

<sup>34</sup> Ativista estadunidense

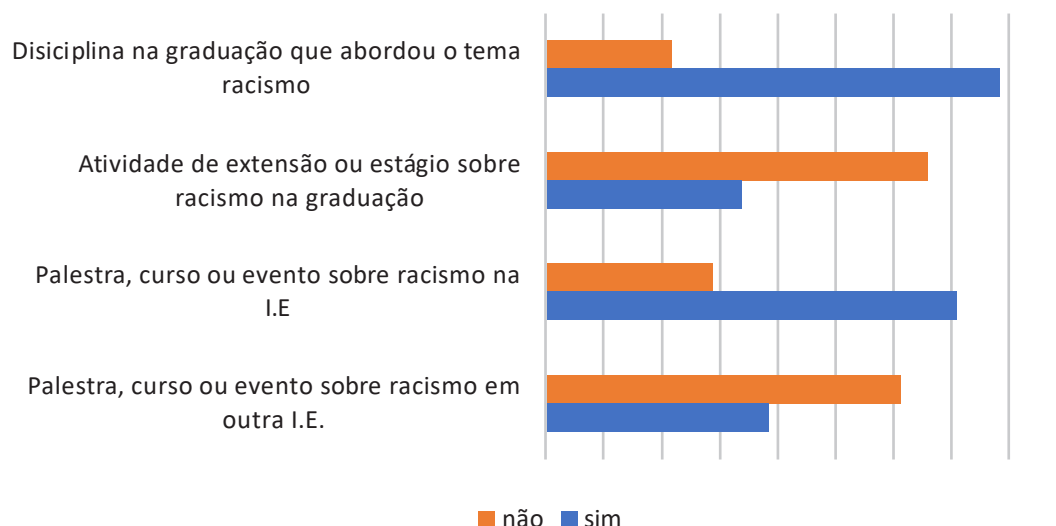
<sup>35</sup> Filósofa e escritora brasileira

<sup>36</sup> Mestre em Psicologia

<sup>37</sup> Ambientalista e filósofo

<sup>38</sup> Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Paraná

## GRÁFICO 2 — Racismo



FONTE: Os autores (2024)

As questões indígenas, por sua vez, foram tema de disciplinas do currículo em 54,9% das ocorrências, e em extensão ou estágio em 13,7% delas; eventos, cursos e palestras na própria instituição com essa temática foram frequentados por 34% dos respondentes, e por 21,6% em outra instituição. Sobre os autores que estudam as questões indígenas, cerca de 15% dos respondentes foram capazes de mencionar nomes (com número de aparições entre parênteses): Ailton Krenak (11), Geni Nunez<sup>39</sup> (2), Bruno Araujo Pereira<sup>40</sup> (1), Myrian Krexu<sup>41</sup> (1), Eliana Piaia<sup>42</sup> (1), Elias Canto Brandão<sup>43</sup> (1), Davi Kopenawa<sup>44</sup> (1), Nitá Tuxá<sup>45</sup> (1), Levi Strauss<sup>46</sup> (1) e Olívio Jekupe<sup>47</sup> (1), além de “Prof. Paulo” (1), “Percy” (1), e “meu professor” (1). Da lista, apenas quatro citados possuem a Psicologia como área de conhecimento específico. Chama nossa atenção na lista o nome de Bruno Araujo Pereira, que ganhou notoriedade nacional, por ter sido assassinado em 2022 em função do seu trabalho junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

<sup>39</sup> Psicóloga e ativista indígena Guarani

<sup>40</sup> Indigenista brasileiro

<sup>41</sup> Primeira cirurgiã cardiovascular indígena do Brasil

<sup>42</sup> Assistente social

<sup>43</sup> Elías Canuto Brandão, doutor em sociologia e professor universitário

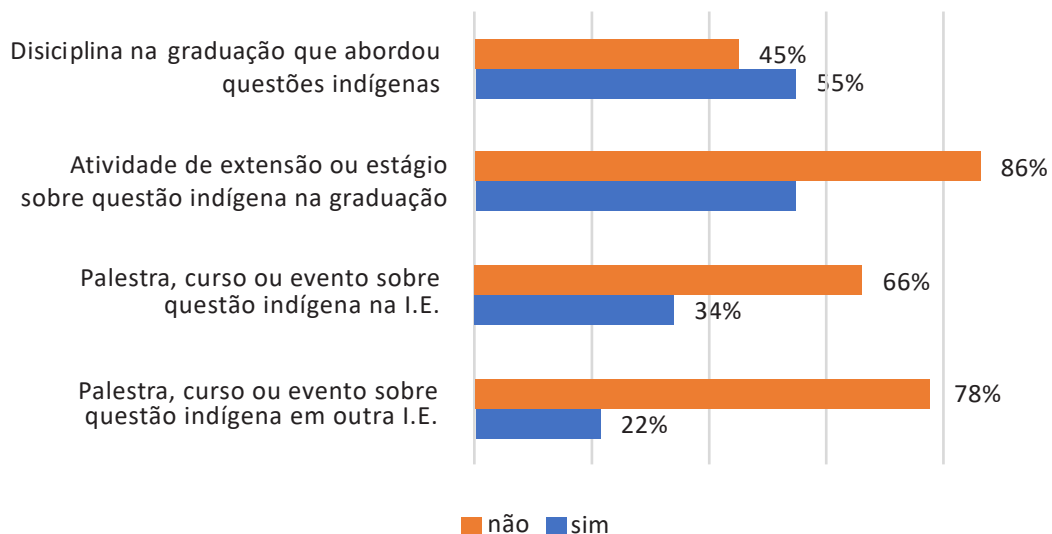
<sup>44</sup> Escritor e líder político yanomami

<sup>45</sup> Antropóloga e mestre em psicologia social

<sup>46</sup> Antropólogo francês

<sup>47</sup> Escritor literário guarani

### GRÁFICO 3 — Questões indígenas



FONTE: Os autores (2024)

O eixo menos explorado de forma geral é América Latina, presente em disciplinas segundo 45,1% da amostra, mas com redução expressiva nos outros formatos: 8,5% em extensão e estágio, 20,3% em eventos, palestras e cursos da própria instituição e 17,6% em outra instituição. Dos teóricos sobre América Latina, foram citados (com número de citações entre parênteses): Martin Baró<sup>48</sup> (5), Lélia Gonzalez (2), Silvia Lane (2), Darcy Ribeiro (1), Paulo Freire<sup>49</sup> (1), Eduardo Galeano<sup>50</sup> (1), Davi Pavon Cuellar<sup>51</sup> (1), Fernando Andres Polanco<sup>52</sup> (1), Gonzalez Rey<sup>53</sup> (1), José Carlos Mariátegui<sup>54</sup> (1), Paulo Amarante<sup>55</sup> (1), Aníbal Quijano<sup>56</sup> (1) e Regiane Bressan<sup>57</sup> (1), além de “prof. Paulo” (1) e “Percy “ (1). Deles, três possuem a psicologia como área de conhecimento específica.

<sup>48</sup> Psicólogo social espanhol

<sup>49</sup> Educador e filósofo brasileiro

<sup>50</sup> Jornalista e escritor uruguaio

<sup>51</sup> Psicólogo e professor universitário mexicano

<sup>52</sup> Psicólogo argentino

<sup>53</sup> Fernando González Rey, psicólogo e acadêmico cubano

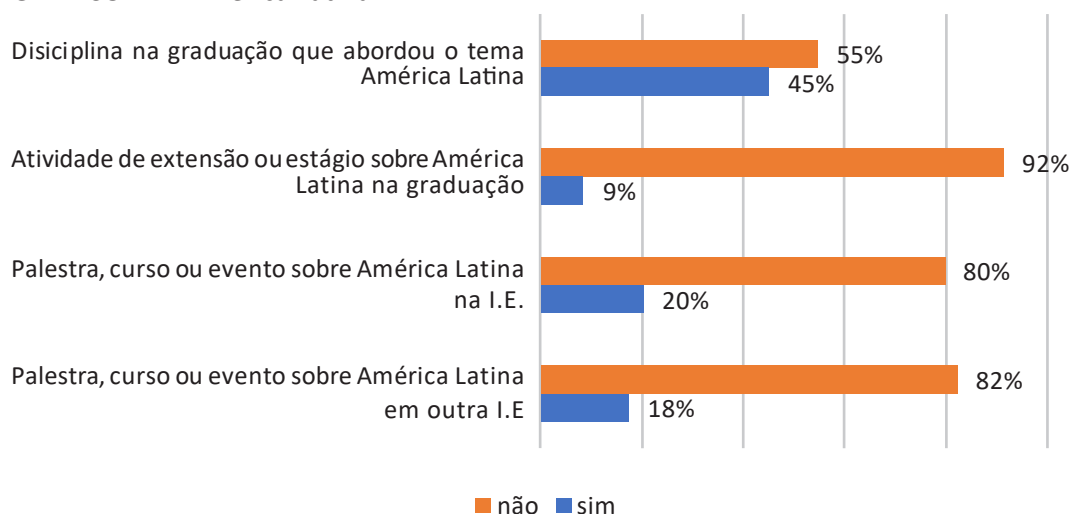
<sup>54</sup> Sociólogo e ativista peruano

<sup>55</sup> Psiquiatra brasileiro

<sup>56</sup> Sociólogo peruano

<sup>57</sup> Internacionalista, doutora em América Latina

#### GRÁFICO 4 — América Latina



FONTE: Os autores (2024)

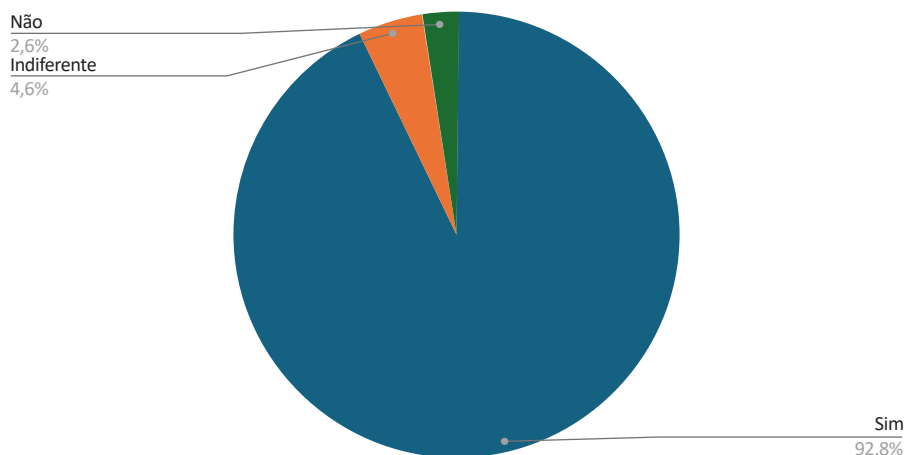
Retomando e relacionando alguns dados já apresentados, conforme apresentado no GRÁF. 1, 49% dos respondentes afirmaram ter tido durante a graduação alguma disciplina contendo a temática da branquitude, mesmo sem o apontamento direto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da necessidade desse tema. Porém, analisando as atividades práticas como extensão, estágio ou até mesmo as atividades extracurriculares, a presença do tema branquitude não aparece com a mesma expressividade, o que pode apontar para a sua mobilização teórica, mas sem articulação com práticas de estágio e extensão universitária, por exemplo.

O mesmo fenômeno pode ser percebido quando analisamos as respostas dos graduandos sobre os temas América Latina e Questões Indígenas. Nas questões sobre acesso aos temas para além da disciplina, o contato dos estudantes é consideravelmente inferior se comparado ao percentual relacionado a ter contato com os temas em alguma disciplina da graduação, conforme apresentado nos GRÁF. 3 e GRÁF. 4. Tais resultados indicam que a relevância dos temas dentro das disciplinas, com ênfase no conteúdo teórico da graduação, parece surgir da obrigatoriedade imposta pelas diretrizes curriculares, mas que ainda se apresentam distantes de um vínculo com as atividades de ordem prática da formação acadêmica.

Já no que diz respeito ao racismo, os dados evidenciam uma discrepância significativa entre os temas branquitude e racismo, com maior presença do último, reforçando o argumento dos teóricos de branquitude apresentados nesse artigo, que apontam para uma tendência da branquitude de considerar a raça uma questão que diz respeito principalmente a outros racializados, desvinculando da experiência racial branca.

O letramento racial, categoria basilar nessa pesquisa, pôde ser analisada por diversos ângulos. A maior parte da amostra, 92,8%, considera que o letramento racial é importante para a formação em Psicologia, enquanto 4,6% julgaram indiferente e outros 2,6% não vêem importância.

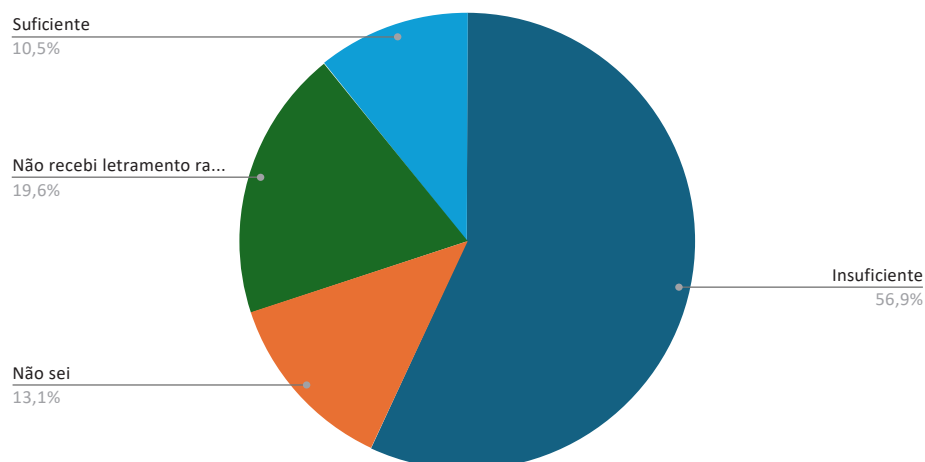
GRÁFICO 5 — Você considera o letramento racial importante para a sua formação na área da Psicologia?



FONTE: Os autores (2024)

Em contrapartida a estes resultados, 56,6% classificou o letramento racial que recebeu até então em seu curso de graduação como insuficiente, enquanto 19,6% afirmaram não ter recebido qualquer letramento e 13,1% não soube opinar. O letramento racial nulo ou insuficiente predominou em todos os anos de formação consultados: 71% dos entrevistados do segundo ano, 72% do terceiro ano, 86% do quarto ano e 75% do quinto ano da formação responderam sobre essas condições. Desta forma, observa-se que apenas 10,5% da amostra julgou suficiente o letramento racial que recebeu, em consonância com a também pequena parcela de 22% que declarou ter tido contato com os 4 eixos temáticos em disciplinas da grade.

## GRÁFICO 6 — Você considera suficiente o letramento racial que recebeu durante a sua graduação em Psicologia?



FONTE: Os autores (2024)

As disciplinas foram o formato mais recorrente com que os estudantes de Psicologia entraram em contato com esses eixos temáticos. Entretanto, o fato de os assuntos serem tratados em sala de aula não é suficiente: mais da metade dos alunos que afirmaram terem tido disciplinas que tratam sobre branquitude e questões indígenas também afirmou ter recebido letramento racial nulo ou insuficiente (58,6% e 56,3%, respectivamente). Em relação aos conteúdos sobre a América Latina apresentados em sala de aula, estes não foram suficientes para 43,7% da amostra que também declarou ter recebido letramento racial nulo ou insuficiente. Essa carência é ainda mais alarmante tratando-se do estudo do racismo: ainda que seja o tema mais recorrente em todos os formatos, com maior número de autores referenciais citados, sua presença em sala de aula não mudou o status do letramento nulo ou insuficiente para 82,2% dos respondentes.

TABELA 4 — Participantes que consideram o letramento racial recebido na graduação insuficiente — março 2024

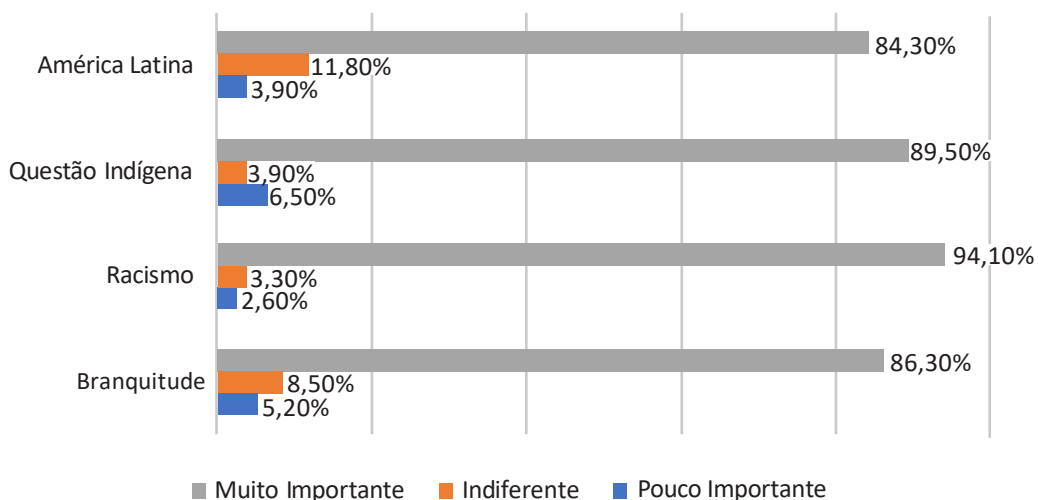
Afirmam ter tido na graduação disciplina sobre o tema racismo	86,2%
Afirmam ter tido na graduação disciplina sobre o tema branquitude	58,6%
Afirmam ter tido na graduação disciplina sobre questões indígenas	56,3%
Afirmam ter tido na graduação disciplina sobre América Latina	46,7%

FONTE: Os autores (2024)

A percepção da importância dada ao letramento racial e no estudo de cada um dos eixos temáticos definidos segue uma proporção relativamente estável: para 86,3% da amostra é muito importante ter acesso a conteúdo sobre branquitude durante a

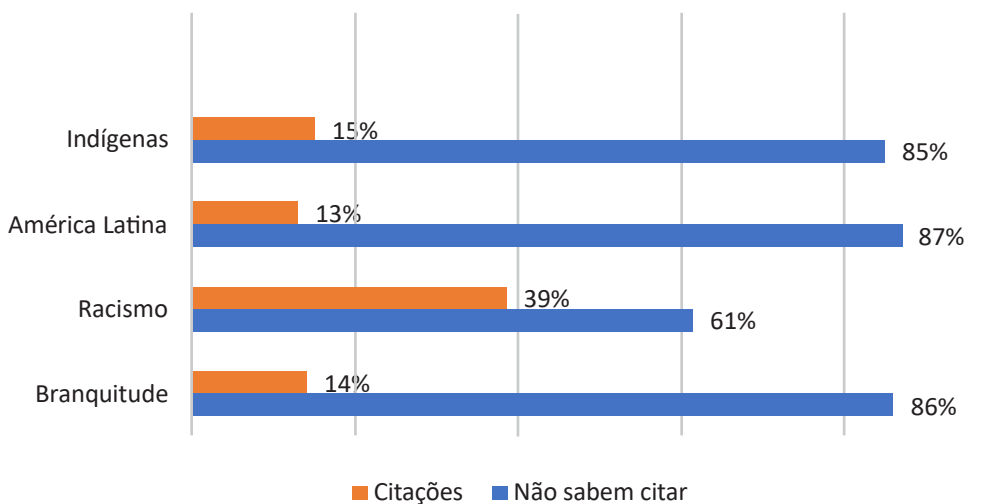
graduação (contra 5,2% para os quais é pouco importante e 8,5% indiferentes); os conteúdos sobre racismo são muito importantes para 94,1% da amostra (para 2,6% que assinalaram pouco importante e 3,3% indiferentes); a questão indígena aparece como muito importante para 89,5%, pouco importante para 6,5% e indiferente para 3,9%; por fim, a abordagem da América Latina como tema na graduação em Psicologia é muito importante para 84,3%, pouco importante para 3,9% e indiferente para 11%.

GRÁFICO 7 — Importância de acesso a conteúdos raciais na graduação



FONTE: Os autores (2024)

GRÁFICO 8 — Citação de autores raciais por eixo



FONTE: Os autores (2024)

Retomando a discussão já enunciada anteriormente, podemos observar nos dados do GRÁF. 8 que, apesar da maior parte dos respondentes afirmarem que tiveram contato com os temas branquitude, racismo, questões indígenas e América Latina (TAB. 4), grande parte não soube citar autores teóricos sobre os temas; cerca de 87% negaram conhecer ou não puderam citar algum autor relacionado a América Latina, cerca de 86% sobre branquitude, cerca de 85% sobre questões indígenas e mais de 61% sobre racismo. Relacionando essas informações com os dados do GRÁF. 6, onde a maior parte dos respondentes (56,9%) afirmaram insatisfação com a experiência de letramento racial, podemos analisar que a compreensão sobre letramento racial é ainda insuficiente dentro da graduação.

Observa-se que letramento racial vai além do reconhecimento de privilégios e adentra no entendimento das relações raciais e na estrutura social presente; relações estas que, como observado na pesquisa, são apresentadas no currículo do curso na maioria dos casos (América Latina, por exemplo, é o menos estudado na graduação e mesmo assim possui presença no currículo em 46,7% dos respondentes) porém a apresentação teórica da temática não garante a sensação de suficiência de conteúdo: 56,9% dos respondentes não considera suficiente o letramento racial oferecido. Se nos estudos anteriores (Santos; Santos; Deus, 2023; Barcellos, 2016; Santos; Schucman, 2015) às questões raciais não apareciam como um tema importante na formação em Psicologia, nossos dados apontam que agora essa é sim uma questão trabalhada em sala de aula, todavia, mesmo tendo contato com o tema, os estudantes ainda apontam não possuir letramento racial suficiente, o que nos permite questionar de que outras formas esse tema poderia ser abordado, além do conteúdo teórico em aula.

É importante ressaltar que a maioria dos entrevistados responderam de forma negativa ao serem questionados quanto à sua participação em alguma atividade de extensão ou estágio, palestra, curso ou evento na sua faculdade ou em outra instituição cujos temas fossem: branquitude, América Latina e questões indígenas. A única resposta para a qual a maioria respondeu positivamente, com 71,2%, foi quando questionados se já participaram sobre palestra, curso ou evento na sua faculdade que abordou a questão do racismo. Esse dado pode demonstrar como a formação racial dos alunos ainda está centrada nos espaços formais, como a sala de aula, e dentro de uma oferta regular dos cursos de graduação, como nas palestras e semanas acadêmicas institucionais. Não parece haver interesse das instituições em criar oportunidades de pesquisa, extensão e estágio (conforme as DCN indicam para uma formação sólida) em questões raciais e também não parece haver interesse por parte dos estudantes de procurar fora da sala de aula ou da sua instituição de ensino, conteúdos relacionados à raça. Nesse sentido, o letramento racial chega aos cursos de Psicologia, mas não sai das paredes da sala de aula e não é percebido como suficiente pelos estudantes, de modo que ainda é necessário pensar como introduzir de forma satisfatória esse tema na formação acadêmica psi.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura estudada e do levantamento dos dados dessa pesquisa, é evidente a importância da inclusão mais consistente do debate da branquitude nos estudos raciais presentes nos cursos de graduação em Psicologia. Em comparação com os outros três eixos temáticos abordados nessa pesquisa e contemplados nas DCN, a branquitude foi um dos assuntos menos presentes no letramento racial recebido pelos estudantes, similar aos estudos da América Latina. O racismo e as questões indígenas, respectivamente, foram os mais abordados em todas as modalidades questionadas (ensino, pesquisa e extensão), o que nos leva a detectar evidente necessidade de aprofundar e complexificar a compreensão da desigualdade social como resultado de um dinâmico processo sociocultural engendrado a partir da colonização dos territórios e dos conhecimentos latino-americanos.

A sala de aula aparece como o lócus mais relevante para o letramento racial nos cursos de Psicologia, já que todos os quatro temas foram mais abordados em disciplinas do que em qualquer outra ocorrência, como palestras, estágios ou extensão universitária. O resultado do letramento racial adquirido pelos estudantes nessas aulas, entretanto, foi majoritariamente insuficiente ou nulo, o que reforça as orientações das DCN de que os temas sejam abordados também em oportunidades de pesquisa e extensão. A qualidade do letramento racial oportunizado aos estudantes também é questionável a partir da análise dos autores especialistas citados: a maioria não citou qualquer nome, e quando sim, quase sempre concentrados em outra área que não a Psicologia.

O estado do Paraná possui população majoritariamente branca, assim como os cursos de graduação em Psicologia e a própria categoria profissional. É fato a tendência de desvinculação da experiência racial branca da discussão sobre racismo também na formação em Psicologia, ainda dominada por modelos europeus e estadunidenses baseados em um sujeito universal e não racializado. Desta forma, é urgente que se estabeleçam ações consistentes de letramento racial crítico na formação de novos psicólogos, de forma que estes sejam capazes de problematizar o sujeito universal ainda predominante e expandir seus repertórios para um cuidado em saúde mental comprometido com a diversidade e o combate ao racismo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARCELLOS, J. R. S. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais**: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana. 2016. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 8, de 7 de maio de 2004. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2023.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA — CFP. **Censo da psicologia brasileira**. Quem faz a psicologia brasileira? Brasília: CFP, 2022. v. 1. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol1-1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf). Acesso em: 04 jul. 2024.

DIANGELO, R. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/22528](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22528). Acesso em: 5 jul. 2024.

DIANGELO, R. **Não basta não ser racista, sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2020.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo Demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd\\_2022\\_etnico\\_racial.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf). Acesso em: 03 jul. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná 2022**. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/anuario\\_2022/index.html](http://www.ipardes.gov.br/anuario_2022/index.html). Acesso em: 04 jul. 2024.

MOURA, E. P. G.; TEIXEIRA, L. F. Descolonizar o pensamento: sobre a colonialidade da psicologia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 7, ed. 12, v. 07, p. 98-111, dez. 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/colonialidade-da-psicologia>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MUHL, C. **A atuação do psicólogo na Rede de Atenção Psicossocial**: um estudo fenomenológico na Regional de Saúde do Litoral do Paraná. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf). Acesso em: 04 jul. 2024.

NUÑEZ, G. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, T. L.; SANTOS, S. S.; DEUS, M. D. O ensino do racismo na formação em psicologia: uma compreensão das trajetórias percorridas por profissionais da área sobre o tema. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. v. 16, ed. spe., 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1585>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

TWINE, F. W. A white side of black Britain: the concept of racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, v. 27, n. 6, p. 878-907, 2004.

VIEIRA, B. D. M. Letramento racial. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 53-64, abr. 2022.

VIRGILLITO, S. B. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2017.

YAMAMOTO, O. H.; FALCÃO, J. T. R.; SEIXAS, P. S. Quem é o estudante de psicologia do Brasil? **Aval. Psicol.**, Itatiba, v. 10, n. 3, p. 209-232, dez. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712011000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 jun. 2024.